



PEDREIRAS/MA
Proc. 2806001/2021
FLS. 931
Rub.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 06.184.253/0001-49  
Site: <https://www.pedreiras.ma.gov.br/>

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº 2806001/2021, o Ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, PORTARIA Nº. 020 de 05 de janeiro de 2021.

Pedreiras/MA, em 13 de agosto de 2021.

Denilson Sousa Medeiros  
Pregoeiro Municipal  
Port. nº 020/2021

PEDREIRAS/MA  
Proc 2806001/2021  
FLS 452  
Rub.

PORTRARIA N° 020/2021-GP

Pedreiras-MA, de 05 de janeiro de 2021.

Nomeia o Pregoeiro e  
a Equipe de Apoio e  
dá outras  
providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso  
de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a adoção, pela Prefeitura Municipal, da modalidade de Licitação  
denominado Pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Considerando ainda a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da  
modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio,  
conforme dispõe o artigo

3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr.º DENILSON SOUSA MEDEIROS, portador do CPF N°  
063.136.743-83 para exercer a função de Pregoeiro, que será responsável pela condução  
dos trabalhos dos Pregões.

Art. 2º - Designar os Servidores: Sr. EDMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, portadora  
do CPF de nº 476.836.353-91 e o Sr. FELIPE DE SOUSA, portador do CPF de nº  
053.868.853-08, para compor a Equipe de Apoio, que prestará a necessária assistência ao  
Pregoeiro.

Art. 3º - As atribuições do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, dentre outras, serão:

- I. O credenciamento dos interessados;
- II. O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de  
habilitação;
- III. A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos  
proponentes;
- IV. A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do  
lance de menor preço;
- V. A adjudicação da proposta de menor preço;
- VI. A elaboração de ata;





- VII. A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VIII. O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
- IX. O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

Art. 4º - Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 5º - Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas, e arquivadas no setor competente.

Art. 6º - Aplica-se a esta Comissão as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 7º - A presente Portaria entrará em vigor no dia 05 de janeiro de 2021.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO EM 05 DE JANEIRO DE 2021.

  
VANESSA DOS PRAZERES SANTOS  
Prefeita Municipal

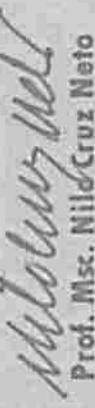
# CERTIFICADO

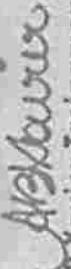
Certificamos, para os devidos fins, que **DENILSON SOUSA MEDEIROS** participou, com êxito, do curso de *Licitações Públicas e Formação de Pregoeiros*, com carga-horária de 32 horas, realizado nos dias 20 a 23 de agosto de 2018, em São Luís (MA).

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 23 de agosto de 2018.

PEDREIRAS/MA	
Pror	280600 1/202 1
FLS	20180823120734
Rub.	2

  
Prof. Msc. Nilde Cruz Neto  
Instrutor

  
AB Xavier Treinamentos  
CNPJ 11.669.032/0001-09

**instituto**  
**CERTAME**

## Módulo I: Introdução às licitações públicas

Licitações: Conceito. Objetivo. Previsão Constitucional. Quem é obrigado a licitar? Legislação Infra-Constitucional. Competência para legislar. Leis e decretos regulamentares mais importantes. Usurpação da competência por Estados e Municípios. O fenômeno das normas Estaduais e Municipais de licitação face à competência privativa da União para editar normas gerais sobre a matéria. Normas específicas e supletivas. Licitação como regra. Licitações na administração direta, autárquica e fundacional. Licitações nas empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias. Licitações no Sistema S. Etapas do procedimento licitatório. Modalidades de licitação e critérios de escolha. Convite. Tomada de Preços. Concorrência. Concurso. Pregão. Leilão. Consulta. RDC. Fracionamento da despesa. Níveis do Fracionamento. Parcelamento: vedações e possibilidades. Diferença entre fracionamento e parcelamento. Escolhendo a modalidade adequada. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## Módulo II: Processos licitatórios em geral

Formalização dos processos licitatórios em geral. Existência de dotação orçamentária suficiente. Exigências específicas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pesquisa preliminar de preços. Cesta de preços aceitáveis e normas de pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras e serviços. Alienação: bens móveis e imóveis. Compras: padronização e indicação de marcas. Termo de Referência: elementos essenciais segundo a legislação. Quem elabora o Termo de Referência. Exigência de amostras. Sistema de Registro de Preços: vantagens, possibilidades e operacionalização. SRP: entendendo a Ata de Registo de Preços. SRP: órgãos gerenciador, participante e corona. Adesão possível e adesão vedada. Prazo de validade, elementos constitutivos e possibilidade e limites de adesão à Ata. Encerramento e revogação da Ata. Serviços técnicos especializados. O Editorial. Quem elabora? Quem se responsabiliza pelo seu conteúdo? Valor estimado x valor máximo: existe diferença? Publicação do ato convocatório: veículos de publicação e interregnos. Impugnação do Edital pelo cidadão e pelo licitante. Tipos de licitação. Menor prego. Melhor técnica. Técnica e prego. Maior lance ou oferta. Comissão de Licitação: atribuições, composição, vedação, responsabilidades. Parecer Jurídico: características, eficácia e responsabilização do parecerista. Parecer vinculante ou opinativo? Parecer facultativo ou obrigatório? Habilitação Jurídica: empresas proibidas de participar, cooperativas, OS, OSCIPs, consórcios. Habilitação Fiscal e Trabalhista: FGTS, INSS, fisco estadual, municipal etc. Qualificação Econômico-Financeira: balanço patrimonial, falência, concordata e recuperação judicial, garantia de participação em licitações, capital e patrimônio líquido mínimos. Qualificação Técnica: atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, registro em órgão fiscalizador de profissão regulamentada. O responsável técnico e a comprovação de vínculo com a empresa licitante. Exigências de propriedades de máquinas e equipamentos. Regularidade Social. Inabilitação de todos os licitantes e possibilidades legais para a administração contornar o problema. Casos em que a documentação de habilitação pode ser dispensada. Documentos que nunca podem ser dispensados. Análise das propostas de preços: excesso de rigor e análise de conluio entre as empresas participantes. Pregos inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Participação de empresas com sócios em comum. Participação de filiais, ou de matriz e filial. Relação de parentesco entre sócios de empresas licitantes, ou entre estes e o agente público envolvido na licitação. Validade das propostas. Critérios de desempate. Desclassificação de todas as propostas. Adjudicação e homologação: procedimentos e responsabilidades. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006); prazo deferido para comprovação da regularidade fiscal, empate ficto, licitações fechadas para ME/EPP, subcontratação obrigatória, cota reservada para ME/EPP e vantagens a empresas sediadas local ou regionalmente. Revogação e Anulação do processo licitatório. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## Módulo III: Formação de pregoeiros

Entendendo o Pregão. Legislação. Conceito de bens e serviços comuns. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Pregão para obras de engenharia. Pregão: fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão: fase externa. Simulação de situações práticas durante um Pregão. Desclassificação das empresas participantes. Ovidos FLS. relativas à etapa de lances verbais. Pregão eletrônico x Pregão Presencial: diferenças essenciais no procedimento. Utilização de robôs no pregão eletrônico. Plataformas para as realizações de pregões eletrônicos: Comprasnet, E-Licitações (BB) e Cidade-Compras (CNC). Ajudicação e Homologação no Pregão. Recursos. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## Módulo IV: RDC e outros temas correlatos

As novas regras de contratação governamental. Aspectos importantes e inovações trazidas pela Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações). Possibilidades de aplicação e principais vantagens para prefeituras e empresários. Vantagens perceptíveis frente a todas as demais modalidades de licitação, inclusive o Pregão; modos de disputa diferenciados, possibilidade de utilização de anteprojeto de licitação, contratação Integrada, novas regras para registro de pregões, indicação de marca, exigência de amostras, pré-qualificação e critérios de julgamento inéditos. Diferenças essenciais em relação à Lei nº 8.666/1993. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

PEDREIRAS/MA  
Proc. 2806001/2022  
FLS  
135

## CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **DENILSON SOUSA MEDEIROS**, concluiu o curso Formação de Pregoeiros - Teoria (Turma OUT/2020), com início em 26/10/2020 e com carga-horária de 20 horas.



Diogo G. R. Costa  
Presidente  
Escola Nacional de Administração Pública - Enap

PEDREIRAS/MA	2806001/2021
Pro	436
FLS	
Rub.	

# HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:  
**Denilson Sousa Medeiros**  
Disponibilidade:  
**26/10/2020 a 25/11/2020**

Curso:  
**Formação de Pregoeiros - Teoria**

Carga Horária:  
**20 horas**

Nota Final:  
**93.33**

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I - Conceitos Fundamentais.
- Módulo II - Fases do Pregão Eletrônico.
- Módulo III - Pregão Eletrônico - Operação parte 1
- Módulo IV - Pregão Eletrônico - Operação parte 2

PEDREIRAS/MA
Proc 2806001/2021
FLS 432
Rub.

00.627.612/0001-09
<b>Enap</b>
Educação Nacional Administrado Pública

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código **xycrc3887481Yvrc**.  
Este certificado foi gerado em 28/10/2020 às 17:10 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.



## CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **DENILSON SOUSA MEDEIROS**, concluiu o curso Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços (Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços - Turma 4/2015), disponível no período de 29/09/2015 a 26/10/2015, com carga-horária de 30 horas.



Francisco Gaetani

Presidente - Escola Nacional de Administração Pública

PEDREIRAS/MA
Proc. 2806001/2021
FLS. 438
Rub.



MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
GOVERNO  
FEDERAL

# HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome: Denilson Sousa Medeiros  
CURSO:  
**Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93,  
Pregão e Registro de Preços**

CPF: 063.136.743-83  
Data de Nascimento: 20/11/1994  
Pais de Nascimento:

Período: 29/09/2015 a 26/10/2015  
Carga Horária: 30 horas  
Nota Final: 85.99

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Importância e necessidade da Lei de Licitações
- 2 Lei de Licitações
- 3 Tipos de Licitação
- 4 Modalidades de Licitação
- 5 Dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade de licitação
- 6 Regime de Execução Indireta
- 7 O Edital
- 8 Registro Cadastral
- 9 Comissão de Licitação
- 10 Habilitação dos Interessados
- 11 Os Autos do Processo de Licitação
- 12 Julgamento e Encerramento da Licitação
- 13 O Pregão
- 14 O Sistema de Registro de Preços

PEDREIRAS/MA  
Proc. 2806001/2021  
FLS 439  
Rub.



Certificado registrado na Escola Virtual Enap sob código niwU2401748gh18.  
Este certificado foi gerado em 26/10/2020 às 15:10 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando código acima na página da EVG, opção "Validação de Documentos".  
A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

